

## Além das palavras

Reflexões sobre o conceito de Paraíso e o Novo Mundo

*Beyond words. Reflexions about the concept of paradise and the New World*

**Maria do Rosário Pimentel**

---



**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/251>

DOI: 10.4000/cultura.251

ISSN: 2183-2021

**Editora**

Centro de História da Cultura

**Edição impressa**

Data de publicação: 1 Junho 2011

Paginação: 187-201

ISSN: 0870-4546

**Reférence electrónica**

Maria do Rosário Pimentel, « Além das palavras », *Cultura* [Online], Vol. 28 | 2011, posto online no dia 08 maio 2013, consultado a 07 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/251> ; DOI : 10.4000/cultura.251

---

## Além das palavras. Reflexões sobre o conceito de Paraíso e o Novo Mundo

Maria do Rosário Pimentel\*

### *Homenagem a Barradas de Carvalho*

A minha aproximação à obra de Barradas de Carvalho começou em Coimbra quando, ainda aluna do curso de História da Faculdade de Letras, li *Da História-Crónica à História-Ciência*. Outros dos seus livros se seguiram; mas fiquei suspensa das suas palavras quando, mais tarde, li e reli o artigo *Por uma nova História do Pensamento*, atraída pela complexidade dos processos mentais. Consolidei sensibilidades e perspectivas que hoje me orientam na procura do sentido e da explicação possível dos factos históricos. Diz-nos Barradas que «os homens são o que podem ser, pensam o que podem pensar, são livres na medida do século, podemos mesmo dizer que fazem a sua própria história, mas não esqueçamos: na medida do século, ou, se quiserem, nas condições dadas e herdadas do passado». Nesse sentido, realça a importância do estudo da utilização mental das diferentes épocas e evidencia a «história dos conceitos, ou mesmo a pré-história dos conceitos-chave, dos conceitos-base, que estão na raiz das filosofias ou dos sistemas de ideias». Isto é, uma história do pensamento «profunda, subterrânea, inconsciente, anónima» em que os conceitos são as personagens. «Os Galileus não são livres. A vaga subterrânea é tão forte que os obriga, às vezes, até a serem heróis e mártires...»<sup>1</sup>. Estas palavras de Barradas de Carvalho rasgaram caminhos à nossa intuição, na aprendizagem de um mundo incógnito, que vai sendo construído, no rasto do tempo.

Com que sonha o Homem?

Que ansiedades o movem no percurso da História?

A felicidade, como contraponto de um quotidiano, talvez seja aqui uma palavra plena de sentido. A ideia de paraíso, não sendo um património exclusivo do mundo ocidental, tem sido um lugar constante de referência à felicidade. Está presente nas diversas manifestações religiosas, terrenas ou sobrenaturais, nos mitos e nas utopias, nas histórias sobre

\* CHC, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Portugal e as Origens do Pensamento Moderno*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp. 27-30.

estados ideais e nas deliciosas moradas descritas em textos e representações pictóricas. Constitui uma ambição comum a todos os povos, seja qual for a sua cultura ou grau de civilização e acicata a imaginação de qualquer um, no constante desafio de actualização e construção de imagens adaptadas a novas circunstâncias.

Na sua primeira acepção, o vocábulo *paraíso* significa jardim; local privilegiado que reflecte um mundo organizado em contacto com uma natureza exuberante e diversificada, real ou fictícia, plena de beleza, onde existem equilíbrio, bem-estar e paz; o apelo aos sentidos é uma constante, sendo tudo preenchido por cores, sabores e fragrâncias. Os elementos água e terra surgem mencionados de modo significativo, simbolizando fonte de vida e de alimento corporal e espiritual; as pedras e os metais preciosos, muito em destaque, transmitem não tanto a riqueza material como um valor moral. Nesta terra fértil, o homem vive em harmonia com a natureza, numa felicidade perpétua, onde não há lugar para a tristeza, os medos, a doença, a velhice ou a morte; estão implícitas as ideias de imutabilidade e de longevidade associadas, por sua vez, à ideia de perfeição, convergindo todos estes elementos para a noção de maravilha por vezes aliada a uma dimensão fantástica, conotada com a dimensão religiosa.

Na cultura ocidental, a noção de paraíso condensa em si a herança dos mitos da Antiguidade Clássica e das crenças judaico-cristãs. Os mitos da Idade do Ouro e da Atlântida, as descrições de lugares ideais, como as Ilhas Afortunadas, o horto das Hespérides, os Campos Elísios ou a Taprobana, irão influenciar traços definidores de posteriores mundos paradisíacos. Deverão igualmente ser lembradas as fabulosas descrições de jardins, presentes nas antigas culturas orientais, cujos célebres jardins suspensos da Babilónia são exemplo paradigmático. Na epopeia de Gilgamesh, de que existem versões desde o segundo milénio a. C., o jardim dos deuses era um desses lugares de beleza ímpar: dos arbustos pendiam folhas espessas de lápis-lazúli e havia «o fruto da cornalina com a vinha pendente»; em vez de «espinhos e cardos havia hematite e pedras raras, ágata e pérolas do mar». Tudo se situava numa montanha de cedros, à beira-mar, junto à embocadura dos rios. O jardim dos deuses «era suave de ver»<sup>2</sup>.

No texto bíblico, encontramos a visão paradisíaca nas referências ao jardim do Éden, à Terra Prometida e ao Paraíso. O jardim do Éden, situado na terra, simboliza o mundo idílico que o homem perdeu com a desobediência à vontade divina. Era um jardim exuberante onde existia toda a espécie de árvores agradáveis à vista e saborosas ao paladar e entre elas a árvore da sabedoria, isto é, a árvore do conhecimento do bem e do mal<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> *Epopeia de Gilgamesh*, trad. de Pedro Tamen, Lisboa, Edições António Ramos, 1977, p. 75.

<sup>3</sup> Génesis, 2, 8-15, in *Bíblia Sagrada*, Coimbra, Edição da Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), 1996. A «árvore do conhecimento do bem e do mal», que encerra a condição da imortalidade e a que se

Profusamente irrigado por quatro braços de um rio, dos quais derivam o Tigre e o Eufrates, ali se encontravam todas as espécies animais bem como os metais preciosos, em especial o ouro. Quanto à Terra Prometida, recompensa destinada por Deus ao povo eleito, localizava-se também na terra, na Palestina, e era um lugar bom e espaçoso abundante em leite e mel. O Paraíso, pelo contrário, surge situado na esfera do Além, apenas ao alcance dos bem-aventurados, após a morte. Distinguia-se pela luminosidade e pelas construções em metais nobres e pedras preciosas; a cidade era de ouro puro e a muralha de jaspe assentava em pedras preciosas de toda a espécie: safiras, rubis, topázios, esmeraldas; possuía doze portas e cada uma constituída por uma só pérola. A árvore da vida, que dava frutos doze vezes por ano e em cada mês um fruto diferente, encontrava-se no meio da praça, irrigada por um rio límpido como cristal. Era a morada de Deus e nada ali entrava de impuro, nem nunca a noite caía<sup>4</sup>.

Em qualquer dos casos referidos, a noção de paraíso liga-se a um lugar afortunado que podia ser alcançado na vida ou na morte, na terra ou no Além, mas apenas acessível aos que merecem e ultrapassam o caminho das provações. Nestas descrições, que posteriormente se misturam por vezes numa só, o texto religioso cruza-se com o imaginário pagão. Todavia, o conjunto de referentes do conceito de paraíso, que vai desenvolver formas específicas consoante as épocas e os autores, nem sempre é utilizado de um modo explícito; cabe ao leitor reconhecer, através da representação, a noção de paraíso que lhe está subjacente.

Nas sociedades europeias, o mito da existência do paraíso terreal influenciou de forma profunda o imaginário colectivo, tendo adquirido grande popularidade até à Época Moderna. Posteriormente, a noção de paraíso primordial localizado na terra diluiu-se; mas o sonho permaneceu, operante no inconsciente colectivo, na nostalgia de um paraíso perdido mas não esquecido, talvez ainda recuperável, na dimensão de um tempo cíclico ou de um tempo escatológico<sup>5</sup>. A cartografia medieval, ao registá-lo durante séculos nas representações do mundo, contribuiu para alimentar o mito. A convicção da sua existência, apesar de inacessível, aumentou a pretensão de que era possível chegar até às regiões afortunadas que lhe estavam próximas, as quais podiam ser alcançadas por homens auda-

liga a desobediência humana, é um elemento específico das descrições bíblicas.

<sup>4</sup> Êxodo 3, 7-9; Apocalipse 21, 22, in *Bíblia Sagrada*, ob. cit.

<sup>5</sup> Segundo Sérgio Buarque de Holanda, os renascentistas «podiam admitir o maravilhoso, e admitiram-no até de bom grado, mas só enquanto se achasse além da órbita de seu saber empírico. Do mesmo modo, em suas cartas náuticas, continuarão a inscrever certos topónimos antiquados ou imaginários, até ao momento em que se vejam levados a corrigi-los ou suprimi-los, conforme o caso.» HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959, p. 8.

zes<sup>6</sup>. Eram terras abençoadas que beneficiavam da mesma influência prodigiosa, de igual riqueza, beleza e doçura. A expectativa subjaz à história das grandes viagens de descobrimento, estimulando a imaginação dos povos, ora com o desejo de partir, ora deixando a nu receios e limitações da vontade humana, dado que o paraíso se localizaria para além de terras e mares cheios de perigos, quase insuperáveis. Segundo a literatura que o definia, ficava situado em lugares estratégicos que o preservavam do resto do mundo, numa ilha ou num lugar a grande altitude, onde nem nuvem, nem vento, nem tempestade podiam chegar, resguardado por uma barreira de fogo ou por um mar imenso de água ou areia, só podendo ser contemplado pelos justos e virtuosos.

Até ao século XV, a maior parte das cartas geográficas coloca-o a oriente; num Oriente confuso que, à medida que o conhecimento geográfico foi progredindo, se afastou cada vez mais, até desaparecer. Mas os geógrafos não eram unânimes quanto à sua localização. Inúmeras ilhas fantásticas, de felicidade mítica, surgem também assinaladas em pleno oceano Atlântico, envoltas em lendas diversas. Uma dessas ilhas, cuja existência remonta à antiga mitologia céltica com o nome de *Hy Brysail*, é conhecida pelos nomes de Brazil ou Bracil – espécie de Atlântida, primeiro emersa e depois submersa pelas águas<sup>7</sup>. Aqui reside uma possível explicação para o nome do território hoje conhecido por Brasil, que tanto pode ter origem na árvore tintureira que a expedição de Cabral aí encontrou, como na designação desse lugar mítico que significa «ilha encantada» e que aparece grafada sob diversas formas – Brazi, Brazil, Brazir, Bracil ou Brazill – até meados do século XVI. Curiosamente, Pêro Vaz de Caminha, imaginando estar na «ilha de Vera Cruz», redige, no dia 1 de Maio de 1500, a primeira notícia sobre a *terra brasílis*.

Também Cristóvão Colombo, no decurso das suas viagens, acreditava estar a navegar nesse universo insular mítico. No regresso da sua segunda viagem, anuncia ao papa ter encontrado as riquíssimas terras do país de Ofir: «Essa ilha – escreve – é a mesma que Tarsis ou Cethia ou Ophir ou Phaz ou Cipangu, e chamámos-lhe l'Espagnole»<sup>8</sup>. Ao realizar a sua terceira viagem, quando desembarcou na foz do rio Orenoco, na América do Sul, convenceu-se de que estaria muito próximo do paraíso terrestre, terra abençoada de «nossos primeiros pais», de tal modo se conjugavam ali, sob o seu olhar, as características paradisíacas apresentadas por «todos os santos e bons teólogos». Colombo navegava

<sup>6</sup> Sobre regiões míticas que estariam próximas do paraíso, como por exemplo a localização da Fonte da Juventude, ou o país das Amazonas, ver *Idem*, pp. 24-41.

<sup>7</sup> CORTESÃO, Jaime, *Obras Completas*, vol. XXIV, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pp. 297-298. PEREIRA, Armando da Câmara, *Ciência e Mito nos Descobrimientos (Ensaio iconológico sobre cosmografia e cartografia)*, Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura, [s.d.], pp. 87-88.

<sup>8</sup> *Apud* DELUMEAU, Jean, *Uma História do Paraíso*, Lisboa, Terramar, 1992, p.130. Ver Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental-I* (1609), Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 108-112.

em busca do grande Oriente e acreditava que o paraíso terreal se localizava nessa parte do mundo, segundo as informações que colheira nas obras de Pierre d'Ailly e de Brunetto Latini. Posteriormente, teve de se persuadir de que afinal não tinha chegado às Índias, mas mostrou-se convicto de ter alcançado as imediações do paraíso: «Estou intimamente convencido de que é lá que se encontra o paraíso terrestre»<sup>9</sup>. Seria talvez, como salienta Daniel J. Boorstin, a única explicação racional capaz de conciliar a sua fé cristã com a geografia ptolomaica, com a existência da vasta fonte de água doce que era o rio Orenoco, com a identificação asiática da ilha de Cuba e a certeza de uma passagem para o oceano Índico<sup>10</sup>.

Os primeiros viajantes para o Novo Mundo seguem, assim, a tradição da busca mítica, empreendida pelos seus fantásticos predecessores medievais: Santo Amaro ou, sobretudo, São Brandão, o santo irlandês do século VI, cognominado de o Navegador, que, convencido de que a terra da promessa se deveria encontrar perdida no Atlântico, foi o primeiro a navegar rumo a ocidente para chegar ao mítico lugar, tradicionalmente colocado a oriente. A ilha de São Brandão, caracterizada por inigualável fertilidade, conservou-se na representação cartográfica e exerceu a sua influência na mentalidade da época das grandes viagens oceânicas.

Dentro destes horizontes mentais, procuraram os descobridores interpretar as novidades que, arroladas aos sentidos, tinham diante de si. Viagens e progressos do conhecimento foram, a pouco e pouco, dando ao «mundo a forma que o mundo tem», mas as imagens paradisíacas, os mitos estabelecidos eram ainda uma referência importante. Apesar de muitas das ideias feitas serem sistematicamente destruídas pela observação e pela experiência, a atitude perante o novo que se ia descobrindo, parece ser, em pleno século XVI, profundamente ambígua. O século guardava numerosos produtos de fantasia que desempenharam uma influência considerável sobre os espíritos, condicionando a forma como as informações recebidas eram integradas na cultura europeia.

Pleno de diversidade e inovação, o Novo Mundo surgiu no universo europeu, desafiando certezas estabelecidas e apelando à imaginação. Algumas das categorias mais vulgares na Europa para classificar os habitantes desse mundo eram, inclusive, inaplicáveis a homens que nada tinham de monstruoso e cuja ausência de pêlos cobrindo todo o corpo tornava difícil a sua identificação com os homens selvagens da tradição medieval. Nem sequer eram negros ou mouros, os grupos mais conhecidos dos europeus. Nestas circunstâncias, era natural que os descobridores procurassem decifrar aquela confusa realidade, tendo como referência o paraíso ou a idade de ouro da Antiguidade clássica. Seriam os índios,

<sup>9</sup> *Idem*, p. 70.

<sup>10</sup> BOORSTIN, Daniel J., *Os Descobridores*, Lisboa, Gradiva, 1994, p. 228.

agora descobertos, os homens felizes, últimos descendentes de uma primeira humanidade que, ocultos do olhar dos outros, ainda conservariam o viver simples do tempo primordial?

A descoberta da América e da entidade humana brasileira, que se encontrava num estádio primitivo de civilização<sup>11</sup>, deu novo alento a desejos antigos. O velho mito do encontro com uma humanidade ainda em estado puro, que os grandes vultos do saber tradicional, como Santo Isidoro de Sevilha ou São Tomás de Aquino localizavam nas paragens orientais, foi sendo, progressivamente, transferido para o Brasil. A novidade parecia vir ao encontro de ansiedades sentidas no seio do Velho Mundo, onde a insatisfação vivida pela instabilidade política, social, económica e religiosa encontrou expressão no desejo de um retorno a um mundo melhor. Neste contexto, a nostalgia do Éden, o regresso a uma idade do ouro mítica, ou a uma combinação sonhada destes dois mundos, tornaram-se forças actuantes poderosas. O continente recém-descoberto transformou-se em terreno fértil onde o europeu projectou as suas angústias, interpretando a nova terra segundo os seus anseios.

Perante a adversidade do quotidiano, era natural que aí fossem procurados indícios de que ainda era possível estabelecer uma sociedade não corrompida pelos vícios europeus. A ânsia orientou olhares e expôs os relatos de viajantes e colonizadores às mais diversas interpretações. O humanista italiano Pedro Mártir, um dos primeiros divulgadores de uma América feita de ideais, refere já os índios como um povo que vivia sem pesos nem medidas e sem «o pestilento dinheiro, semente de tantos males». A tradição clássica surge como referência inevitável, mas acompanhada de uma advertência do autor onde se vislumbra uma concepção renascentista do tempo histórico: «vivendo numa idade do ouro, sem leis, sem juízes perjuros, sem livros, satisfeitos com a sua vida, sem preocupações quanto ao futuro. Contudo, a ambição e o desejo de poder também os afectam e lutam entre eles, pelo que mesmo na idade do ouro não há momentos sem guerra.»<sup>12</sup> Os mitos antigos pareciam vir reforçar a interpretação da realidade.

Inocência, fertilidade, abundância, tranquilidade, harmonia, qualidades que se revelavam tão inacessíveis na Europa, eram ansiosamente procuradas no quadro descritivo desse

<sup>11</sup> Segundo Gilberto Freyre, «[...] não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semi-civilizações americanas». FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 97.

<sup>12</sup> ANGLERIUS, Petrus Martyr, *De Orbe Novo*, tradução do latim com notas e introdução por Francis Augustus MacNutt, 1.º vol., Nova Iorque e Londres, G. P. Putman's Sons, 1912, p. 79. Ver ELLIOTT, J. H., *O Velho Mundo e o Novo (1492-1650)*, Lisboa, Editorial Quercus, 1970, p. 39.

mundo feito de promessa. O regime comunitário, a ausência do Estado, da propriedade, da hierarquia social, a religião natural e a liberdade moral são alguns dos traços frequentemente invocados a propósito dos índios e que irão ser transpostos para as discussões filosóficas que lavravam numa Europa de contestações sociais e crises de consciência. Mais ou menos idealizada, a América irrompe na dinâmica do pensamento ocidental como um desafio à sua própria transformação. Em curso, estava também o processo de invenção do mundo americano. As imagens daí resultantes são fundamentais para a compreensão dessa interacção feita de transformações entre um novo mundo disponível para ser preenchido pelo imaginário e um velho mundo onde não só a desilusão e o cansaço institucional se faziam sentir, mas também necessitava de ajustamentos mentais para incorporar a novidade. Nesse jogo de apreciações, confrontos e comparações, interesses e intenções edificaram-se e reconverteram-se conceitos entre as ópticas política, religiosa e literária.

Mas seria de facto o Novo Mundo inocente e próspero?

Não era fácil contornar o peso da tradição nem do imaginário e Cristóvão Colombo não foi o único a sentir esse deslumbramento junto às terras americanas encontradas além do mar Atlântico, o grande guardião do espaço. Pêro Vaz de Caminha e Américo Vespúcio, a quem se devem dois dos primeiros documentos sobre o Brasil<sup>13</sup>, também se serviram de tópicos da literatura paradisíaca para noticiar o Novo Mundo. Caminha, na *Carta de Achamento*, apesar de não fazer referência ao paraíso terreal, exhibe algumas características descritivas que estabelecem um elo com a visão do paraíso bíblico: ar saudável, águas abundantes, terra fértil, clima ameno e muito agradável, abundância e beleza da vegetação, abundância de mantimentos. Caminha junta a esta descrição aquela que faz dos indígenas que, sendo «gente bestial», não conhecedores nem de lei nem de religião, são simples, bons e de uma inocência tal que «a de Adão não seria mais quanta em vergonha»<sup>14</sup>.

Por sua vez, Américo Vespúcio, na carta vulgarmente conhecida por *Mundus Novus*, dirigida a Lourenço de Médicis, caracteriza o Brasil como «terra fértil», de «clima muito temperado e bom», com «nascentes refrescantes», florestas «quase impenetráveis» com «toda a espécie de animais selvagens» «tão diversos na forma como nas cores». As árvores eram espontâneas, produzindo frutos «saborosos e benéficos para o corpo e muito diferentes» dos «nossos». Eram «inúmeras» as espécies de ervas, raízes e sementes e, segundo as indi-

<sup>13</sup> A *Relação do Piloto Anónimo* é contemporânea da *Carta*; faz uma descrição dos índios idêntica à de Caminha, mas mais reduzida. Ao contrário da *Carta*, teve logo honras de publicação ao ser integrada em 1507 na colecção de viagens publicada por Montalboldo e, em 1550, nas *Navegações e Viagens* de Ramúcio, ambas italianas.

<sup>14</sup> Carta de Pêro Vaz de Caminha, in *O Reconhecimento do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 25.

cações dos naturais, o solo possuía «grande abundância de ouro». Acrescenta: «Se eu tentasse contar em detalhe que coisas existem ali e escrevesse sobre as numerosas espécies de animais e o seu grande número, seria um texto demasiado prolixo e extenso. Acredito verdadeiramente que o nosso Plínio não tocou num milésimo das espécies de papagaios e outras aves e animais, que existem nessas regiões tão diversos na forma como nas cores; porque Policleto, o mestre da pintura com toda a sua perfeição não os teria conseguido representar [...] Certamente, se o paraíso terreal é de algum modo desta terra, estimo que não esteja distante destas paragens.»<sup>15</sup>

Quanto aos habitantes que encontra ao longo da viagem, Vespúcio caracteriza-os, de uma forma geral, como inocentes, bondosos, cortesios e hospitaleiros, qualidades que permitiram aos europeus uma convivência mais próxima durante vários dias. Salienta ainda que viviam num regime comunitário, sem rei nem império, ignorando a propriedade, a moeda e o comércio; gozavam de uma liberdade moral completa, não tinham religião e a sua idade alcançava, em média, cento e cinquenta anos. O ar, temperado e puro, não propiciava doenças e quando, por acaso, alguém adoecia, era logo tratado com raízes de certas plantas<sup>16</sup>. O seu discurso regista, no entanto, pela primeira vez, uma nota negativa: denuncia a antropofagia dos índios, descrevendo alguns pormenores dessa prática «tão bestial e desumana» que, sob os olhos da tripulação, vitimou alguns companheiros. Mas, não obstante este aspecto chocante, os ingredientes edénicos vão surgindo de tal forma ao longo do texto que são suficientes para reproduzir imagens deslumbrantes daquele mundo e humanidade. Independentemente das dúvidas sobre a autenticidade dos textos de Vespúcio, pode imaginar-se a repercussão destas afirmações em alguns círculos culturais europeus, sobretudo quando já existiam condições para as aceitar.

A imagem do índio brasileiro que, apesar de ser «gente bestial», como refere Caminha, transmite simplicidade, inocência, bondade e sociabilidade, rapidamente se dissipou com um maior contacto. As primeiras descrições surgem no turbilhão das novidades e do espanto e existe sobretudo a preocupação de expor a singularidade dos povos e dos costumes; a leitura é imediata, superficial e parcelar, de acordo com os aspectos que ressaltam dessa aproximação inicial. Um conhecimento mais profundo conduziu à dúvida que a experiência e as amargas dificuldades do quotidiano ditavam. Em destaque, surgem então traços que, nada tendo de paradisíaco, são até considerados diabólicos. Passam a

<sup>15</sup> *Mundus Novus*, Letter to Lorenzo Pietro di Medici, trad. do latim por George Tyler Northup, London, Princeton University Press, 1916, pp. 8-9.

<sup>16</sup> *Idem*, pp. 5-7. Cartas de Américo Vespúcio a Pedro Soderini, in *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, A. R. C., T. II, Lisboa, 1812, pp. 144-148.

ser frequentes as alusões à crueldade, aos instintos bélicos, à antropofagia e a outros costumes abomináveis na perspectiva europeia.

Inversamente à caracterização do meio geográfico, onde são mais frequentes os índices edénicos, a apreciação e a qualificação do homem foram fortemente marcadas pelo confronto de civilizações e choque de culturas. Não há dúvida de que a chegada de Cabral ao território brasileiro indicou significativas alterações nos quadros mentais dos europeus, mas estas não se verificaram logo nos primeiros contactos e a noção de alteridade só aparece mais tarde. O próprio meio e recursos naturais não ofereciam aos europeus uma existência fácil e de enriquecimento rápido; sob a ilusão de uma exuberância espontânea, exigiam esforço e perseverança a quem ali quisesse organizar qualquer forma de actividade económica e pressupunham a colaboração do elemento indígena. Tudo ajudou à construção de imagens da terra. O Novo Mundo surge, em simultâneo, inocente e acolhedor, mas não menos adverso e perigoso. Consoante os autores, o teor das descrições vai mudando, por entre testemunhos favoráveis ou opiniões negativas, e os traços paradisíacos cruzam-se com o recorte infernal nas imagens que vão sendo dadas. Vem a propósito a observação de Gilberto Freyre: «O Brasil foi como uma carta de paus puxada num jogo de trunfo em ouros. [...] só em nova fase de actividade portuguesa – a propriamente colonizadora, a do fim do século XVI e parte do século XVII – o Brasil teria força de trunfo no jogo das competições imperialistas das nações europeias»<sup>17</sup>.

Nos textos portugueses sobre o Brasil, o tema da inocência alterna com o da bestialidade logo desde o início do descobrimento e posterior povoamento. Um dos aspectos mais destacados é a aparente disponibilidade encontrada no ameríndio para aceitar a pregação do Evangelho e se converter ao cristianismo. Caminha e seus companheiros já tinham deixado no ar a ideia de uma certa facilidade da missão apostólica ao mencionarem o índio como gente simples e boa, pelo que previa a possibilidade de uma conversão rápida. A ideia corre também nas Índias Ocidentais espanholas, onde o dominicano Las Casas apresenta os índios como «tábuas rasas» nas quais a fé podia ser facilmente inscrita. Em 1549, dando cumprimento à sua missão apostólica, o primeiro grupo de jesuítas chega ao Brasil com a esperança de o transformar na terra dos seus empreendimentos. O padre Manuel da Nóbrega, que dirige a missão, comunga daquele entusiasmo e expressa a ideia de que todos os índios demonstravam grande vontade em se converterem. A ilusão, porém, durou pouco tempo; ao contrário do que pensavam viajantes e missionários, num primeiro momento, as garantias religiosas eram ali pouco certas. Bastante receptivos às novidades, os índios dificilmente perdiam os seus hábitos ancestrais; em 1556, o desânimo

<sup>17</sup> FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, *ob. cit.*, p. 200.

já era evidente nas palavras de Nóbrega: «são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus». E acaba por confessar que os jesuítas, que tinham ido para o Brasil convencidos de que os iriam converter a todos numa hora, constatam que «não podem converter um único em um ano, por sua rudeza e bestialidade». Facto que não punha em causa a sua missão; pelo contrário, se esses selvagens eram tão «bestiais» enquanto os europeus tão «políticos e avisados», isso dependia unicamente das condições em que tinham sido criados<sup>18</sup>. O que transformava o seu magistério em acção civilizadora da natureza dos índios.

Os jesuítas, ao tentarem integrar o índio num quadro tipicamente europeu, ocuparam-se dele como homem capaz de um comportamento moral e deixaram muitas e interessantes observações a seu respeito. Salientaram-lhes a valentia, a generosidade, o sentido de família, o desapego aos bens materiais que foi um dos factores que mais impressionou os europeus e deu azo a várias interpretações. Estas qualidades, todavia, não foram suficientes para atenuar a dimensão de seus «bestiais costumes» como a antropofagia, a poligamia, a feitiçaria e a credice. Defeitos que se opunham à religião católica e faziam da conversão uma campanha contínua, ainda mais valorizada pelas dificuldades do ministério.

Os padres insistem, de um modo geral, na imagem do ameríndio como um selvagem com hábitos próximos da animalidade por oposição à civilidade e à felicidade dos cristãos. Mas as suas observações revelam já um nível de conhecimento da realidade mais aprofundado que lhes permite, por vezes, estabelecer paralelismos e destrinçar conceitos. O padre José de Anchieta, segundo provincial da Companhia de Jesus no Brasil, não deixa de anotar a antropofagia e a crueldade com que matavam os adversários, salientando, a propósito, que «naturalmente são inclinados a matar, mas não são cruéis» e «se de alguma crueldade usam, ainda que raramente, é com exemplo de Portugueses e Franceses»<sup>19</sup>. Comentário que encerra uma forte crítica à acção europeia e coloca os índios em vantagem, relativamente a uma atitude que viria a ser considerada como um sério obstáculo à convivência. Posição idêntica tem o padre Francisco Soares ao realçar alguns traços de carácter do índio que apresenta como «gente muito amiga de fazer bem e bem inclinados». Assinala a sua boa disposição, o engenho, a valentia e ainda a grande destreza e robustez física, qualidades em que os brasis se revelavam superiores aos portugueses, chegando alguns a viver 130 anos. Por entre as considerações feitas à natureza humana, a visão paradisíaca insinua-se nas suas palavras, ao descrever todo o Brasil como «um jar-

<sup>18</sup> "Diálogo sobre a conversão do gentio", in NÓBREGA, Manuel da, *Cartas do Brasil e Mais Escritos*, Coimbra, Atlântida, 1955, pp. 219-221.

<sup>19</sup> ANCHIETA, José de, *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933, p. 329.

dim fresco», onde predomina o arvoredo intenso e multicolor e em que o homem participa dessa bondade natural<sup>20</sup>. Ainda mais favorável ao índio é a imagem apresentada pelo padre Fernão Cardim que, mesmo condenando os hábitos antropofágicos, elogia o bom carácter, a alegria, a coragem, a valentia, a liberalidade, a hospitalidade, a harmonia e o gosto com que vivem. Tudo lhe parecia natural; até a nudez, tão invocada por alguns autores para justificar a barbárie, não lhe mereceu reparos negativos, sendo antes exaltação de inocência, «pela grande honestidade e modéstia que entre si guardam»<sup>21</sup>.

Bem diferente é o discurso do humanista Pêro de Magalhães Gândavo que, ao redigir, em 1573, a *História da Província de Santa Cruz*, apresenta uma visão mais elaborada, na perspectiva da cultura renascentista, mas também mais comprometida. A obra de Gândavo constitui um entusiástico elogio das potencialidades brasileiras e o autor apela à colonização e à exploração intensiva daquela terra «deleitosa e aprazível»<sup>22</sup>. Da descrição do Brasil, ressalta a visão paradisíaca da natureza, verdejante e luxuriante, que tudo poderia fornecer ao homem para o seu sustento. Classifica a terra de «salutífera e livre de enfermidades» e exalta a fertilidade dos solos, a temperança dos ares, a abundância de águas, as frutas excepcionais, as pedras preciosas, a exuberância de vegetação, as aves vistosas. Ao referir-se ao rio São Francisco, diz que «procede de um lago mui grande que está no íntimo da terra» e onde se afirma existirem muitos moradores que «possuem grandes haveres de ouro e pedraria»<sup>23</sup>. Possível anúncio ao mito do Eldorado? Tudo parecia reunir-se ali para transmitir ao europeu a ideia de que o Brasil era uma terra abençoada que tinha conservado as características do jardim do Éden. Era o eco do «cantar mítico», na expressão feliz de Malinowski, onde ressoava a esperança de encontrar uma região de abundância, de melhor vida e felicidade. Mas Gândavo é igualmente um espírito atento à lição da experiência e ao desconhecido; e é esta atitude que o faz ultrapassar a visão paradisíaca a fim de salientar também alguns aspectos adversos da natureza brasileira. O seu intuito é deixar ao leitor um conhecimento, tanto quanto possível, preciso e útil na linha orientadora da estratégia política que defende. Neste contexto, os atributos da visão edénica funcionam também como um recurso literário de forte intuito pragmático, pronto a captar a atenção do leitor português e a estimular-lhe a imaginação. Deixa mesmo no ar

<sup>20</sup> SOARES, Francisco, *Coisas Notáveis do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966, pp. 5, 7 e 9.

<sup>21</sup> CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 147.

<sup>22</sup> PIMENTEL, Maria do Rosário e SANTOS, Maria do Rosário Laureano, «O real no jogo de espelhos da literatura de viagens no século XVI», in *Actas do Colóquio Literatura de Viagens. Narrativa, história, mito*, Lisboa, Cosmos, 1997, p. 220.

<sup>23</sup> GÂNDAVO, Pêro de Magalhães, «História da Província de Santa Cruz», in *O Reconhecimento do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 76.

a interpretação de que as migrações dos tupis tinham por objectivo buscar «terras novas, a fim de lhes parecer que acharão nelas imortalidade e descanso perpétuo»<sup>24</sup>.

Relativamente aos índios, o autor é particularmente desfavorável. Depois de os descrever fisicamente e salientar que são indivíduos «bem-dispostos, rijos e de boa estatura», nada ambiciosos, corajosos, muito hábeis no manejo do arco e da flecha, esforçados e hospitaleiros, com extraordinários hábitos de higiene, logo acrescenta que são desagradecidos, desumanos, cruéis, vingativos, ingratos, desonestos, sensuais, supersticiosos e excessivamente crédulos. Destaca ainda algumas das suas práticas sociais, em particular a poligamia, a antropofagia, a crueldade com que tratam os velhos e doentes. Ao longo da obra, os aspectos negativos caldeiam-se com os traços positivos do carácter dos índios, mas o tom geral que prevalece no discurso de Gândavo é o de uma caracterização que se afasta do deslumbramento e do optimismo inicial, para se centrar na depreciação das suas qualidades, na crueldade e bestialidade dos seus costumes, na ignorância e no baixo nível das suas organizações. É à imagem e semelhança da cultura europeia que o autor define a realidade humana brasileira e constantemente questiona o que é em função do que deveria ser; das observações conclui que as comunidades índias se encontravam ainda num estado primitivo de desenvolvimento, mais próximas das sociedades animais do que das sociedades humanas. Chega mesmo a pôr em causa a natureza humana do ameríndio ao colocá-lo no mesmo nível de «todos os outros animais que não participam de razão»<sup>25</sup>.

Mas, apesar de os registos negativos serem cada vez mais frequentes, a ideia de paraíso terrestre ou de uma época dourada da humanidade vai ainda permanecer como imagem recorrente. Nos primórdios do século XVII, o autor anónimo dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, ao falar da ausência de ambição entre os índios, independentemente dos seus defeitos e qualidades, compara-os aos homens da idade de ouro<sup>26</sup>. Em meados deste mesmo século, Antonio de Leon Pinelo, cronista-mor do reino de Castela, na obra *El Paraíso en el Nuevo Mundo*, coloca no coração da América do Sul, na Amazónia peruana, o paraíso terrestre com os seus quatro rios que identifica com o Amazonas, o Orenoco, o Magdalena e o Rio da Prata<sup>27</sup>. Já na segunda metade do século, em 1663, o padre Simão de Vasconcelos, na *Crónica da Companhia de Jesus*, é mais preciso e, não obstante os traços negativos que encontra no índio, situa o paraíso no Brasil, cujas qualidades considera ultrapassarem as

<sup>24</sup> *Idem*, p. 117. Sobre as interpretações da «Terra sem Mal», espécie de paraíso terrestre, ver COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 116-117 e HOLANDA, Sérgio Buarque de, *ob. cit.*, pp. 158-159.

<sup>25</sup> GÂNDAVO, Pêro de Magalhães, *ob. cit.*, p.105.

<sup>26</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1942, p. 280.

<sup>27</sup> DELUMEAU, Jean, *ob. cit.*, p. 191. Tradicionalmente, os quatro rios do Éden eram o Tigre, o Eufrates, o Ganges e o Nilo.

dos antigos jardins suspensos, dos Campos Elísios, da Atlântida e da ilha Taprobana<sup>28</sup>. Ainda em pleno século XVIII, Pedro Rates Hanequim, após ter vivido vinte e seis anos no Brasil, ainda se mostrava convicto de que era ali que o paraíso existia, sendo o Amazonas e o São Francisco dois dos quatro rios do Éden<sup>29</sup>.

Muito do que se escreveu sobre o Brasil e seus habitantes acabou sendo lido e interpretado posteriormente dentro de perspectivas culturais e mentais que nada tinham a ver com a realidade brasileira, mas sim com as estruturas sociais europeias. A questão da humanidade dos ameríndios foi motivo de aceras discussões ao longo da Época Moderna. Neste processo, que conduziu a uma revisão das atitudes tradicionais, a forma como esses homens foram encarados foi sendo alterada de acordo com a evolução das ideias. Ao contrário do homem monstro, o homem natural servia agora as novas concepções políticas, sociais e religiosas; bastava identificar aquele homem natural com o homem edénico, livre da culpa do pecado original, para encontrar um ser puro, cujas tendências eram todas válidas e boas. Germina, por esta via, a noção de «bom selvagem», de largo alcance na cultura europeia. Apesar de este mito ter mais a ver com o europeu do que com o índio, existe uma relação íntima entre o mito do bom selvagem e os mitos da idade do ouro e do paraíso. Todavia, enquanto a concepção do bom selvagem será lançada como importante argumento na luta das ideias da época, os outros mitos não ultrapassam praticamente o campo literário.

Sem dificuldade se deduz como os relatos sobre o Novo Mundo poderiam ser interpretados e a que conceitos serviriam de justificação; facilmente foram tomados por alguns autores como base de uma ideologia que, aproveitando desta realidade plurifacetada apenas os aspectos mais convenientes, viriam a formar um esquema falso, apoiado em factos concretos e verdadeiros. Assim se compreendem as contradições em que, por vezes, os autores caem e como um mesmo texto, interpretado segundo conceitos diversos, leva a conclusões diferentes.

No conjunto, a visão de inocência foi mantida pelos europeus que nunca estiveram no Brasil ou apenas tiveram com os índios um contacto ocasional; os que mantiveram um relacionamento mais próximo e prolongado rapidamente caíram no extremo oposto. Montaigne, por exemplo, exalta com admiração a «pureza» das tribos ameríndias, «ainda bastante vizinhas da sua ingenuidade original». Mas, segundo afirma, baseia-se no que lhe diziam as suas testemunhas e não numa experiência directa com esse mundo<sup>30</sup>. Pelo contrário, o viajante Jean de Léry, apesar de exaltar a bondade dos índios brasileiros que,

<sup>28</sup> VASCONCELOS, Simão de, *Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, Lisboa, 1865, p. CXLVII. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de, *ob. cit.*, pp. 157-160.

<sup>29</sup> DELUMEAU, Jean, *ob. cit.*, pp. 70-71.

<sup>30</sup> MONTAIGNE, *Essais*, ed. Pierre Villey, t. I, Paris, Puf, 1978, cap. XXXI, pp. 206-207.

opostos à barbárie dos supostos civilizados, pareciam gozar dos benefícios da fonte da Juventude, evidencia que a natureza corrupta do homem também estava presente entre os nativos<sup>31</sup>.

Do lado português, foram menos fortes os acentos de reminiscências míticas. Os relatos resultam, essencialmente, da experiência daqueles que mais de perto conviveram com a realidade brasileira, sendo, por isso, os seus textos mais objectivos e pragmáticos. A atitude nacional radica, sobretudo, na acção tradicional, dando mais ênfase ao processo de cristianizar e colonizar. O índio que surge retratado é um homem posterior ao pecado original em cuja natureza o bem e o mal estão presentes de igual forma, podendo ser julgado, quanto às suas qualidades e defeitos, como qualquer outro homem. Esta feição mais realista faz dos textos portugueses uma importante fonte para o estudo do relacionamento com um Outro possuidor de uma civilização própria, até aí ausente do saber europeu.

A América não era, como num primeiro momento se imaginou, um mundo idílico repleto de abundância, pureza e bondade natural. Até os mais entusiastas tiveram de aceitar, quase desde o princípio, que ali os homens também podiam ser maus e a natureza adversa. Em meados do século XVI, já não podiam ser sistematicamente ignoradas as discrepâncias entre a realidade e as imagens interpretativas que dela se faziam. Demasiados factos conduziam a uma visão mais objectiva, mas também menos optimista, quando não carregada de pessimismo. Foi, relembando as palavras de Ronaldo Vainfas, no caso português, «um precoce desencantamento do mundo» apesar de, mesmo assim, os textos revelarem uma certa «adesão ao imaginário fantástico que marcou a descoberta do novo Mundo»<sup>32</sup>. A idolatria, a antropofagia, a guerra, o insucesso dos missionários, as próprias condições ambientais eram entraves fortíssimos à concretização do sonho europeu. Por isso, a visão paradisíaca resistiu mais no mundo ocidental entre os leitores europeus do que no Novo Mundo, onde a realidade conferia outros tons ao quotidiano. Os sonhos, que continuaram a ser aí projectados, nada tinham a ver com a entidade americana; eram pertença exclusiva dos europeus que tanto inventaram aquele continente<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> LÉRY, Jean de, *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1951, p. 100. A obra, impressa em 1578, teve grande êxito e ampla divulgação, exercendo influência sobre o pensamento de Montaigne e de Rousseau.

<sup>32</sup> VAINFAS, Ronaldo, “Sérgio Buarque de Holanda – Visão do Paraíso”, in Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, vol. II, São Paulo, Editora do Senac, 2001, pp. 4 e 15. Na peugada de Sérgio Buarque de Holanda, Ronaldo Vainfas salienta, a propósito, a dimensão e as conotações indirectas com a ideia de paraíso da lenda de Sumé, associada ao apostolado de São Tomé na América, nos primórdios do cristianismo.

<sup>33</sup> Ver COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995 e J. H. ELLIOTT, *ob. cit.*

O Novo Mundo foi transformado numa terra abençoada, liberta de preconceitos, abundante, o País de Cocagne onde os europeus podiam recomeçar uma nova fase da história da humanidade<sup>34</sup>. Facilmente o mundo ideal distante no tempo foi transposto para um outro agora apenas distante no espaço e, cada vez mais, projectado em futuro próspero. Nesta relação o conceito de paraíso aparece como instrumento interpretativo daquele mundo diferente, como referência crítica às desordens europeias, como expressão de um ideal. Na Época Moderna, a própria revivescência de mitos e utopias condensa uma vincada atitude crítica que visava uma remodelação social. A própria construção do paraíso terreal no Novo Mundo, com todas as suas implicações, é já por si uma atitude subversiva que punha em causa as fundamentações teológico-políticas baseadas na culpa, no perdão e na salvação invocadas pela Igreja. A noção de pecado original encontrava-se no centro da cultura ocidental e implicava directamente a do paraíso terrestre. A aproximação ou o contacto com esse mundo puro, preservado por Deus do olhar do pecador que, no lamento da culpa, constantemente o ambiciona, conduziria, de facto, a uma mudança fundamental na cultural europeia. E, apesar de inacessível, a sua procura era, no entanto, legítima.

A fluidez e o dinamismo das ideias ficam sempre circunscritos ao quadro que uma determinada situação histórica impõe, às mutações mentais e à invenção ideológica. A ideia de paraíso surge num desses processos sujeita a transformações, acrescentos, desvios e deformações, mas a sua essência não desaparece ao longo da transmutação. Mantém-se implícita mesmo quando já não está explícita. É dentro dessa relação de tempos vários e diferentes que se fabrica a circunstância do momento.

Com que sonha o homem?

Com a felicidade; tenha ela a forma que tiver, no percurso da infelicidade. Sonhos, mitos e utopias são o seu protesto feito de desejo no cansaço existencial das civilizações. No cadinho da história, renovam-se ideias gastas, constroem-se rumos, novos paraísos que nos permitam, no limite da imaginação, conquistar um pouco mais de solidez, de vontade, nesta nossa humanidade.

<sup>34</sup> FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, *ob.cit.*, p. 48 e segs.; FREYRE, Gilberto, *Novo Mundo nos Trópicos*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 33 e segs.